

A DIVERSIDADE SOCIAL COMO PAUTA DE DISSERTAÇÕES E TESES RECENTES EM EDUCAÇÃO

Gualber Pereira Silva de Oliveira¹ (1); Arilene Maria Soares de Medeiros² (2).

Universidade Estadual do Rio Grande do Norte – binhooliveira303@gmail.com (1); Universidade Estadual do
Rio Grande do Norte – arilene.medeiros@bol.com.br (2).

RESUMO

Este artigo analisa a diversidade social discutida em dissertações e teses brasileiras recentes, relacionadas à Educação. A temática foi explorada através do diálogo entre os autores das dissertações e teses, sendo observados pontos de aproximações entre as pesquisas, em qual situação foram encontradas as referidas aproximações e discursos que foram unívocos. Através da pesquisa bibliográfica, observou-se que Moreira (2016) analisou textos elaborados durante a tramitação do Projeto de Lei n. 8035/2010, que instituiu o Plano Nacional de Educação - PNE 2014, utilizando como baliza documentos pertinentes que o antecederam e a configuração político-discursiva que colocou em rota de colisão demandas globais por educação e direitos humanos com demandas locais de grupos conservadores e fundamentalistas religiosos. No cenário internacional, Silva (2011) analisou os conceitos de diversidade e tolerância nas propostas de políticas de educação publicadas pela UNESCO, a partir de 1990, sob o referencial de Marcuse, que relaciona os conceitos de diversidade e tolerância com as promessas de liberdade e autonomia na atual sociedade. Em outra pesquisa, Bortolini (2012) estudou caminhos didáticos pedagógicos utilizados por educadores em atividades que exercitassem a questão da diversidade sexual e de gênero na escola e os seus limites. Foi notado, neste artigo, que a tolerância que harmoniza a diversidade deve ser intolerante com poderes instituídos pela atual ordem social que têm impedido o alcance de uma tolerância real. Por sua vez, a escola, instituição diretamente ligada à consciência dos indivíduos, necessita evidenciar a importância das identidades serem moldadas também pelo reconhecimento do outro e o seu particular movimento constitutivo, numa sociedade que convive com a exposição da diversidade de gênero, de raça, dentre outras. Essas conclusões trazem uma perspectiva de orientação para a construção de didáticas, formação docente e de práticas pedagógicas que sejam condizentes com a desconstrução da desigualdade e do preconceito.

Palavras-chave: Diversidade, reconhecimento, pluralidade.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem em vista a análise da relação entre a diversidade e a educação em tela em algumas dissertações e teses recentes, defendidas em Programas de Pós-Graduação em Educação. Propõe-se discutir a escola como um espaço indispensável para a promoção da desconstrução de valores e percepções sociais estabelecidas e que legitimam diferenças em desfavor da diversidade; ao suscitar variadas possibilidades de intolerância, extremismos e

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Técnico Administrativo em Educação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte.

² Professora Doutora da Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação da mesma universidade. Atualmente, exerce o cargo de Chefe do Departamento Administrativo de Cursos, da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. (83) 3322.3222

preconceitos simbolicamente difundidos; e, neste sentido, busca a compreensão de aspectos relevantes desses estudos na contextualização deste tema para objetivar como a educação deve propiciar ambientes plurais, participativos e equitativos, adequados a fomentar a coletividade.

Para a elaboração deste artigo, tendo em vista o objetivo de ser desenvolvido a partir de estudos científicos (GIL, 2008), prevaleceu a utilização de elementos da pesquisa bibliográfica ao considerar estudos já realizados sobre o tema em questão, os quais deram amparo e contribuições a esse trabalho. Esta temática foi explorada através do diálogo entre autores de dissertações e teses, a saber, Jasmine Moreira, Alexandre Bortolini e Lenildes Silva.

Esses três trabalhos foram escolhidos por proporcionar uma maior abrangência ao tema da diversidade, por tratarem de assuntos que complementam informações em diferentes circunstâncias, tornando mister identificar questões recorrentes, semelhanças e distinções entre seus argumentos e conclusões, além de observar abordagens, sugestões e críticas unívocas ou não. Deste modo, foram consideradas duas dissertações e uma tese, consistindo em um trabalho que aborda a diversidade em documentos internacionais, da UNESCO, outro na elaboração do Plano Nacional da Educação (PNE) em 2014 e, por fim, outro em relação ao currículo e práticas pedagógicas.

Quadro 1: Trabalhos acadêmicos analisados

AUTOR(A)	TÍTULO	INSTITUIÇÃO	NATUREZA DO TRABALHO	ANO
Jasmine Moreira	Janelas Fechadas: a questão LGBT no PNE 2014.	UFPR-PR	Dissertação	2016
Alexandre Bortolini	Diversidade sexual na escola: Currículo e prática pedagógica	PUC-RJ	Dissertação	2012
Lenildes Silva	O discurso moderno sobre a tolerância, diversidade e educação: os documentos da UNESCO e a crítica de Marcuse	UNICAMP-SP	Tese	2011

Fonte: Pesquisa Bibliográfica no Banco de Teses e Dissertações da CAPES.

Podemos notar que o tema da diversidade foi estudado, também, sob a forma de uma questão muito exposta em nosso país atualmente, como a causa das Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros (LGBTTT), grupo que obteve deferimento em demandas por identidade e reconhecimento no nosso Poder Judiciário (OLIVEIRA, 2013). Esses trabalhos foram concluídos no máximo há cinco anos e apresentados/defendidos em reconhecidas universidades nacionais.

Algumas articulações foram observadas entre esses trabalhos analisados, ficando evidentes os seguintes pontos mais relevantes: na contextualização do assunto houveram críticas à prática neoliberal; outro ponto em comum foi não tratar grupos desfavorecidos de maneira que torne os favorecidos sinônimo de referência e normalidade; pontuou-se ainda que existe uma agenda global da educação atrelada à diversidade e como resposta às consequências do capitalismo; houve também, unanimidade, quanto a tolerância tratada pelos poderes instituídos na sociedade vigente servir mais a exclusão do que a inclusão; além disso, pontuou-se que os sujeitos deveriam ser tratados a partir do seu particular movimento constitutivo, e não, definidos integralmente a partir de atitudes compreendidas socialmente como pertencentes a estilos previamente excluídos, dentre outras importantes discussões.

DESENVOLVIMENTO

Para haver uma maior profundidade e discussão sobre as conclusões e sugestões destes trabalhos apresentados convém apreciar os detalhes destes. Primeiramente, será analisada a dissertação da autora Jasmine Moreira (2016) a respeito da implementação do PNE e a inclusão ou não do grupo LGBTTT em seu texto. Assim como nas outras pesquisas tratadas neste artigo, nesta dissertação também há uma abordagem crítica ao liberalismo como catalizador de um ambiente desfavorável à diversidade e é dito que os direitos humanos ganharam em substância após os problemas gerados pela globalização.

Para discutir a diversidade Moreira (2016) fez um estudo sócio-político-econômico sobre a inclusão do grupo LGBTTT no PNE 2014 e um diálogo entre a AGEE (Agenda Globalmente Estruturada para a Educação) de Roger Dale (2004), Pânico Moral de Gayle Rubin (2003) e a Governamentalidade Biopolítica de Michel Foucault (2010) para contextualizar, em síntese, que havia uma agenda global para inclusão deste grupo no PNE, implementada no país através do Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) e da Conferência Nacional de Educação (CONAE) (evento que serviu de diretriz para o PNE), mas através do Pânico Moral,

iniciado principalmente pela bancada fundamentalista no congresso nacional a partir de um material produzido em 2010 para o programa escola sem homofobia, foi retirado do documento final do PNE a menção a esses grupos, insinuando a dificuldade de tratar temas abarcados pela diversidade nos documentos de referência para políticas públicas.

Essa menção era esperada, por todo o histórico dos documentos citados, e necessária para a redução da evasão escolar do grupo LGBTTT por causa do preconceito. O impulso dessa omissão chegou aos debates referentes aos planos de educação estaduais e municipais, em todo Brasil, pois sem qualquer alusão a prática de políticas específicas para o grupo LGBTTT, o amparo orçamentário para este fim ficou comprometido.

Deste modo, vem à tona o debate, considerado importante também nos outros trabalhos analisados, sobre alguns grupos serem incluídos em documentos ou políticas públicas de uma forma que os exclui. Para expor essa situação, Moreira (2016) vale-se da definição de Foucault (2013 apud MOREIRA, 2016), que diz:

“A fábrica não exclui os indivíduos; liga-os a um aparelho de produção. A escola não exclui os indivíduos; mesmo fechando-os; ela os fixa a um aparelho de transmissão do saber. O hospital psiquiátrico não exclui os indivíduos; liga-os a um aparelho de correção, a um aparelho de normalização dos indivíduos [...]. trata-se, portanto, de uma inclusão por exclusão” (FOUCAULT, 2013 p.114 apud MOREIRA, 2016).

Segundo Veiga-Neto e Lopes (2002, p.131 apud MOREIRA, 2016) essas políticas atuam com “o convencimento dos indivíduos de suas incapacidades ou capacidades limitadas de entendimento, participação ou promoção social, educacional e laboral”. Esses dois comentários são muito pertinentes e serão discutidos em associação com o contexto dos outros estudos e suas fundamentações que, conjuntamente, evidenciam como o Estado tem atuado na normatização dos corpos a partir da heteronormatividade até mesmo na escola.

Um detalhe que este estudo trouxe e ratifica esta idéia é que após a retirada do homossexualismo do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM8) e da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde (CID-10) houve outros enquadramentos de doenças em categorias médicas referentes a gêneros diversos ao heterossexual como os “transtornos de identidade de gênero” para a transexualidade ou “disforia de gênero”.

Por fim, é ressaltado que a crítica proporcionada não nega avanços obtidos nos documentos citados, mas pretende evidenciar percalços nas políticas públicas para educação,

especialmente para os grupos citados no estudo uma vez que são apoiadas pelos modelos heteronormativos discutidos.

Além do exame deste documento de referência da educação nacional partimos para um estudo de Silva (2011) em documentos internacionais, da UNESCO, a partir do olhar de Marcuse. Bem como o anterior, em síntese, este lança uma crítica ao Estado liberal e afirma que ele se transforma em Estado totalitário em um estágio avançado de desenvolvimento de uma de suas vertentes e neste trabalho se buscou, além dessa vertente liberal, contrapontos na democracia e no direito à diversidade e do dever da tolerância.

Segundo a autora, Marcuse (apud SILVA, 2011) defende que as palavras na sociedade administrada são distintas da sua “representação lingüística autêntica” o que convém a demanda dos poderes instituídos pela ordem social vigente com um suposto discurso “universal, apaziguador e, aparentemente, imparcial” (SILVA, 2011, p.59). Dessa forma, usam a tolerância e a diversidade para se tolerar até mesmo o intolerável e a diversidade se encontra no patamar do direito ao invés de se tornar realidade.

A autora cita, sobre isto, que para Marcuse a tolerância se relaciona com a educação que não pode ser desvinculada da relação com a totalidade social e das forças que sobre ela incidem, e nesse sentido, Marcuse (1972 apud SILVA, 2011) considera emergente uma educação contra-política que resiste e se contrapõe a política atual e diz que só assim poderíamos objetivar a tolerância real.

Um ponto de conversa deste com os outros trabalhos é que a tolerância, não deve estar vinculada aos poderes instituídos uma vez que anuncia uma liberdade na realidade impossível de se alcançar com as atuais condições sociais proporcionadas por eles e, ao invés de promover a libertação, ela reprime pela via da sustentação do *status quo* destes poderes. Segundo o autor, um exemplo sobre essa afirmação é que a DPT (Declaração de Princípios sobre a Tolerância), apresentada na Assembleia Geral da ONU, em 1993, utiliza um conceito, especificado no seu primeiro artigo, que traz imanente a valorização da diversidade cultural no mundo, e que é indispensável para a paz e para o progresso econômico e social. Para Marcuse (1970 apud SILVA, 2011), a tolerância que não é um fim em si mesma se torna uma opção para propósitos particulares servindo mais ao atraso do que ao avanço no trato de propósitos humanos, como a diversidade que trata este trabalho, e para isso a tolerância deve ser tratada como um fim em si mesma.

Outro diálogo é estabelecido com o fato de Silva (2011) afirmar que, para o alcance da tolerância, devemos apreciar os sujeitos a partir do seu movimento constitutivo para o trato

pedagógico da diversidade, ressalva igualmente localizada no estudo de Bortolini (2012), mas no atual modelo social a individualidade tem sido diluída pelo capitalismo.

Encontramos mais uma articulação com o trabalho sobre a implementação do PNE 2014 no momento em que este afirma que os direitos humanos são uma resposta necessária ao processo de globalização. Esta tese afirma que os organismos internacionais, que, entre outras coisas, atuam em defesa dos direitos humanos, surgiram para mediar esse processo como guardiãs da saúde econômica mundial, mas também em atenção às condições para expansão das corporações transnacionais. Um exemplo é que a UNESCO; que é um organismo que vai além da economia e abrange a cultura, educação e assistência social e que fundamenta a educação em quatro pilares: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a ser; elaborou o relatório “Educação: um tesouro a descobrir”, na década 1990, e a autora nota que o relatório deixa claro uma educação voltada para o fazer e a prática, valores de interesse do capital, e deixa outros pilares voltados à tolerância e à diversidade diluídos em um conceito reducionista da educação, apesar das declarações internacionais desde a fundação da UNESCO abordarem a tolerância e a eliminação da discriminação.

Ao final, Silva (2011) observa que a UNESCO passou a diminuir o que ela denomina como posições partidárias do órgão internacional após estudos e teorias que foram discutidas, com o passar dos anos, a partir das decisões tomadas pelo órgão. Essa diminuição foi notada no teor e implicações da elaboração dos seus novos relatórios.

Após essas análises de documentos nacionais e internacionais partimos, para uma matéria diferente, a diversidade sob o prisma das práticas pedagógicas e do currículo relativo às temáticas de gênero na educação. Em consonância com as afirmações acima referidas, a dissertação de Bortolini (2012) contém conclusões relacionadas com argumentos pertinentes para reforçar os estudos sobre os documentos de referência da educação e da diversidade, tematizados nos outros trabalhos analisados neste artigo.

As práticas pedagógicas e o currículo foram observados a partir de uma parceria do Ministério da Educação e a Universidade Federal do Rio de Janeiro em 2010. Bortolini (2012) enumera casos em que a escola demonstra que já tem um discurso sobre questões de gênero por atuar como se existisse um conteúdo curricular ou diretriz sobre o assunto, ao mesmo tempo em que nega que o papel da escola seja debater esse tema.

Para reforçar este ponto, o autor se refere a algumas pesquisas que demonstram uma tendência sexista, racista e misógina, o que é alarmante em relação à educação como meio de propagação da tolerância. Com isso, a preocupação com o tema gênero na escola deve estar

em um patamar da organização de como praticar a temática, onde, quando e antever efeitos e elementos neste intuito.

A iniciativa consistia em cursos de extensão presenciais com enfoque nas relações de gênero-sexualidade na escola e profissionais da rede pública de educação do Rio de Janeiro ficaram responsáveis em planejar e realizar esses cursos. Através das estratégias didáticas utilizadas foi notado, em síntese, pelo autor, que elas sugeriam que o homossexual é um sujeito com características predefinidas, que essas características são expostas no modo de andar, vestir e falar, conforme o estereótipo do senso comum, e foram além, ao debater a questão como um conjunto de predicados bastante estável e lógico para ser replicado em uma aula, como recurso para solucionar preconceitos provocados por reducionismos.

A partir desses pressupostos escolhidos para as atividades desenvolvidas Bortolini (2012) baseou suas críticas em fatos pertinentes e relacionados aos outros estudos, como exemplos, não julgar o que é apenas um ato como a definição integral do sujeito; a impossibilidade de determinar uma identidade homossexual a ser lecionada; valorizar o processo de construção dinâmica da identidade dos indivíduos e, também, o debate a respeito de gênero na educação abordar apenas os homossexuais, o que incorre no perigo de afirmar, no subjetivo da comunicação, o comportamento heterossexual como algo óbvio, natural, normal, que paira acima das discussões por ser tratada como referência de normalidade, enquanto o outro grupo precisa ser alvo de estudos para sua “viabilidade social”. Assim, é importante debater e relacionar os envolvidos para demonstrar que não há diferenças que justifiquem estas citadas prevalências na forma de lidar com alguns sujeitos em detrimento de outros.

Esses foram os pontos e conclusões que, segundo esses autores, foram alcançadas em suas pesquisas sobre a tolerância e a diversidade. Faz-se mister notar que há objetos de discussão e muitos condicionamentos que se tornaram unívocos em ao menos parte desses trabalhos.

Apesar das diferentes conjunturas estudadas sobre a diversidade, compreendendo, em alguns casos, as especificidades e circunstâncias de apenas um grupo, como os homossexuais, despontou no cruzamento destes trabalhos que a estrutura dos mecanismos que influenciam, com contornos positivos ou negativos, a diversidade são semelhantes, implicando numa possível analogia entre as situações que vivenciam outros grupos excluídos e as tematizados nestes casos debatidos. Importante observar também que quando confrontados aspectos relacionados a análises paralelas, ou seja, em relação à elaboração dos documentos de referência ou referente as situações atreladas às práticas pedagógicas e sociais, o volume de

correspondências entre as compreensões dos autores ganhou um maior volume de ocorrências.

Inicialmente, apontamos essas consistências nos trabalhos referentes aos documentos de referências na educação, um em nível nacional e outro em nível internacional. Podemos examinar que eles dialogam em assuntos que operam no nível macro, no que tange a elaboração política de documentos de referência para a educação, e nos condicionamentos que contextualizam o tema da diversidade social e politicamente.

Silva (2011) e Moreira (2016) convergem nos aspectos supracitados em relação à crítica ao liberalismo, à afirmação que há uma agenda global a favor da tolerância como efeito do capitalismo e, ainda, a respeito da tolerância instituída pelos atuais poderes constituídos que exclui mais do que inclui. Há muitos vínculos entre essas três questões, sobretudo, se notadas às considerações de cada trabalho.

Esses trabalhos se dedicaram no início às críticas da conjuntura provocada pelo liberalismo e suas instituições a frente da sociedade impossibilitando a difusão da diversidade. Pode-se dizer que nesta apreciação macro da diversidade há uma raiz, um tronco e seus frutos, sendo, respectivamente, a ordem social liberal/capitalista, suas instituições e uma agenda global que sirva aparentemente para apaziguar as políticas relacionadas à diversidade, mas sustente uma normatização excludente às minorias, conforme o que lhes convém.

Para Silva (2011) há, diante do Estado atual e capitalista, uma coisificação que provoca o ajustamento das pessoas conforme imposições do sistema em vigor e, para Moreira (2016), conforme a Governamentalidade Biopolítica de Foucault (2010 apud MOREIRA 2016), para que o Estado ou o mercado afinado ao capitalismo exerça sua força. Para tal, é indispensável que a subjetivação dos sujeitos seja ditada por normas que configurem suas existências conforme seus interesses.

Estes autores concordam, então, na atual subjetivação que delimita espaços de existência, amparado pelas instituições que ligam sujeitos a algo que os normalize ou convença de uma suposta limitação de sua participação social conforme Moreira (2016), e como descreve Silva (2011) através de relatórios internacionais de educação que se basearam em pilares da educação relacionados à prática e ao fazer e não se espelharam em pilares com o “aprender a viver juntos” ou “aprender a ser” relativos à diversidade. Como sugestão para superar essas desigualdades sociais que o próprio sistema político atual preserva, com base em Marcuse (1972 apud SILVA, 2011), devemos não tolerar o intolerável, a exemplo das situações mencionadas acima, utilizando uma educação contra a atual política.

Com esses obstáculos a resolver numa perspectiva macro, ou seja, na elaboração dos documentos referentes à diversidade, os caminhos didáticos pedagógicos utilizados no desenvolvimento de atividades que trabalhassem a questão da diversidade são pautados nos estudos de Bortolini (2012) e Silva (2011). Para os autores acima citados os entraves compreendidos como determinantes para a diversidade compor mais espaços se entrelaçaram diante da não observação de que a orientação sexual é um movimento constitutivo e não a definição exclusiva do indivíduo, tornando injusto este julgamento/definição.

Além desse julgamento errôneo, é necessário destacar condutas ao tematizar a diversidade que tornam os grupos dominantes uma referência de normalidade, como ao abordar o tema apenas com referências aos grupos excluídos, dando a impressão que esses necessitam serem debatidos enquanto os grupos dominantes possuem supostas diferenças que os tornam normais e estejam além de qualquer discussão, implicitamente contribuindo para uma finalidade oposta à que se propõe. Podemos, com isso, fazer uma correspondência dessa atitude com diversos comportamentos, não só o homossexual supracitado, mas que sejam distintos do que é normatizado pelos poderes constituídos e lidem com semelhantes dificuldades.

Segundo os autores, para fortalecer a diversidade, ao invés da discriminação, devemos dar a devida estima à construção dinâmica das identidades dos sujeitos, sobretudo porque, ao mesmo tempo, a individualidade tem sido diluída pelo capitalismo e pelo *status quo* dos poderes instituídos pela atual ordem social, e pela mesma motivação, a educação em relação à diversidade tem apresentado um conceito reducionista, sendo esta discriminação uma forma de sustentar este sistema.

Por fim, isto é notado em um tema no qual os três estudos tornam-se unívocos: acerca da tolerância replicada pelos poderes instituídos na atual ordem social servir para a exclusão de sujeitos. Este ponto foi alvo dos trabalhos que enfatizaram os documentos de referência, mas foi além e igualmente foi importante em meio à análise das práticas pedagógicas e do currículo. Segundo Bortolini (2012) esta atuação nos faz olhar e não perceber que difundimos discursos que potencializam o *status quo* de estruturas que operam contra a diversidade como referência de normalidade. Em suma, sujeitos são vinculados a algo que os normalize, segundo Moreira (2016), não percebem idéias intolerantes que revigorem estruturas, conforme Bortolini (2012), e esses mecanismos elaboram documentos em favor da diversidade, fundamentados no capital, que deixam pilares da diversidade na educação despercebidos, como notado por Silva (2011). Eis um traço central entre as pesquisas, da elaboração à implementação das políticas em educação e a diversidade.

Deste modo, notamos que, em outras palavras, algo que está na essência destas pesquisas é pertinente à questão da necessidade de reconhecimento dos sujeitos e as implicações da sua falta. Os indivíduos são produtos e produtores de construções sociais incorporadas por meio da nossa cultura, em constante troca com outros sujeitos, e a importância de não definirmos os indivíduos por uma atitude ou um recorte histórico e sim pelo seu movimento constitutivo, se dá no tocante à nossa identidade ser moldada também pelo reconhecimento do outro, pela falta desse reconhecimento ou pelo falso reconhecimento, visto nas práticas pedagógicas mencionadas por Bortolini (2012). Esse reconhecimento ou a falta dele origina e, antes, é fruto das injustiças sociais, desigualdades e outros tipos de violências suscitadas pelo estado, mas também pelas pessoas.

Essa retroalimentação, entre o Estado e as pessoas, segundo os estudos em tela, se dá pela nossa atual ordem social, e, portanto, a tolerância que harmoniza a diversidade deve ser intolerante com estes poderes para o alcance de uma tolerância real, e a escola, vista como instituição diretamente ligada à consciência dos indivíduos, necessita estabelecer uma educação contra a atual política para alcançar o reconhecimento da pluralidade presente, em especial, na nossa sociedade atual que convive com uma exposição maior do debate sobre a diversidade de gênero, de credo, de raça entre outras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essas conclusões trazem uma perspectiva de orientação para a construção de didáticas, formação docente e de práticas pedagógicas que sejam condizentes com a desconstrução da desigualdade e do preconceito. Diante do exposto em dissertações e teses de Programas de Pós-Graduação em Educação, desponta a competência da escola em participar do desenvolvimento de espaços plurais que não diluam a individualidade dos sujeitos. Para isso, seus profissionais devem desde já se preparar, tematizar em debates a diversidade e se dispor na conscientização da prática do reconhecimento, para, com isso, buscar uma cada vez maior participação pública na elaboração de consistentes documentos que referenciem a diversidade e o alcance de uma plural e atuante mudança social.

REFERÊNCIA

BORTOLINI, Alexandre. **Diversidade sexual na escola: Currículo e prática pedagógica.** Dissertação de mestrado, Educação, PUC-Rio, 2012.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MOREIRA, Jasmine. **Janelas Fechadas**: a questão LGBT no PNE 2014. Dissertação de Mestrado, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

OLIVEIRA, Mariana. Decisão do CNJ obriga cartórios a fazer casamento homossexual. **Portal G1**, 14 maio 2013. Disponível em:
<<http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/05/apos-uniao-estavel-gay-podera-casar-em-cartorio-decide-cnj.html>> Acesso em 04 maio 2016.

SILVA, Lenildes Ribeiro da. **O discurso moderno sobre a tolerância, diversidade e educação**: os documentos da UNESCO e a crítica de Marcuse. Tese de doutorado, Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação,